

5. Conclusões: o que fazer com o Auxiliar?

Esta dissertação buscou conhecer as políticas públicas para o auxiliar já presente nas creches e pré-escolas municipais. Estou ciente do debate em alguns municípios, como o do Rio de Janeiro e de Angra dos Reis, por exemplo, sobre a presença desse trabalhador e da busca de ser reconhecido como professor pelo município em que trabalha, mas o que busco aqui também é a defesa de uma Educação Infantil de qualidade para as crianças pequenas. As crianças merecem qualidade no atendimento educacional prestado a elas, e isso só será alcançado quando os trabalhadores que atuam diretamente com elas possuírem formação garantida por políticas públicas que os valorizem enquanto professores de creche e pré-escola.

Durante toda a dissertação encontramos várias vozes que atravessaram os discursos dos participantes da pesquisa e os documentos das secretarias analisados. Vozes que se entrecruzam, “se complementam, discordam uma das outras, se questionam duellam entre si e assim por diante” (FARACO, 2001, p.124). Nessa polifonia, as análises das políticas dos municípios investigados foram desafiadoras quando se entrecrocaram, desde os diferentes nomes do cargo profissional, até as diferentes problemáticas que os municípios tem enfrentado decorrentes das distintas exigências feitas a esses trabalhadores quanto aos planos de carreira, à formação, às funções, ao salário, à carga horária e as atribuições.

A seguir as conclusões das análises.

Quanto à presença/ausência de auxiliar na Educação Infantil, os dados analisados comprovam que a maioria dos municípios investigados declara possuir auxiliar nas creches e pré-escola: 84,5% afirmam possuir auxiliar, e 15,5% responderam não ter esse profissional. Dentre esses que declaram não possuir o auxiliar, dois municípios expressam, no questionário, o desejo da contratação desse profissional, sendo ele visto, por esses municípios, como necessário. Ainda nesse mesmo grupo, um município afirma ter dois professores em sala, justificando a ausência do auxiliar na rede municipal. No entanto, as creches desse município eram administradas, em 2009, pela Secretaria de Bem Estar Social, demonstrando a herança do assistencialismo ainda presente.

O dado de 1.177 auxiliares trabalharem somente em creches, enquanto 94 estão somente na pré-escola, podendo expressar uma preocupação quanto à participação do auxiliar no atendimento educacional as crianças de zero a três anos, pois se por um lado, pode significar uma contribuição para a expansão da oferta de creche, por outro, pode estar mostrando maior contratação de auxiliares em detrimento de professores.

Sobre os dados revelarem a maior presença desse profissional nas creches dos municípios pode indicar também a dualidade na concepção de creche e pré-escola. As análises evidenciam que a creche aparece ligada à visão ainda do assistencialismo à família, sendo encarada como um lugar onde as mães deixam seus filhos e não como um direito da criança. Cabe lembrar que o atendimento educacional à criança de zero a três é um direito constitucional da criança, que acaba favorecendo a família, liberando os pais para o trabalho.

Vimos também que há, nas entrevistas com secretarias investigadas, quatro referências à Educação Infantil para as crianças e suas famílias e para os profissionais que trabalham nas instituições educacionais de zero a seis anos. Demonstrando uma indefinição ainda maior, não apenas relativa ao que é creche e ao que é pré-escola, mas extensiva ao que deve ser o auxiliar.

Sobre o nome do cargo encontramos nas análises dos dados grande variedade nos municípios investigados. Há nomes que trazem marcas do legado da docência da Educação Infantil que se construiu tendo como referência uma concepção de educação de caráter assistencial ou sanitária. Além desses, há nomes em grande quantidade de referência às palavras “agente” e “auxiliar”. Nomes que são acompanhados do advérbio de lugar anunciando o local de atuação do profissional. Nomes que podem ser substantivos, adjetivos e verbos ao mesmo tempo. Nomes que evidenciam o anonimato do cargo profissional e dos seus encargos.

Por trás do nome do cargo de auxiliar de Educação Infantil há dimensões ideológicas e históricas que aparecem a cada momento do seu uso, levando-nos a pensar que as referências ao cargo de auxiliar não são apenas nomes, mas o resultado de um modo específico de ver a Educação Infantil e o profissional no município. Refletir sobre os nomes remete à compreensão que a noção da identidade é

influenciada pelas decisões políticas e sociais que marcam a invisibilidade legal desse profissional no atendimento à criança pequena. Sem um nome específico para o cargo não existe uma identidade estabelecida, mas marcas incompletas que configuram ser auxiliar.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) recomenda às secretarias municipais de educação que utilizem o nome de “professor de Educação Infantil” para designar todos os/as profissionais responsáveis pela educação direta das crianças de zero a seis anos, tenham eles/elas uma formação especializada ou não. Contudo, Campos e Silva (2011), lembram que a autonomia dos municípios para organizar e normatizar sistemas próprios de ensino propicia uma diversidade de situações, levando-os a condutas políticas diferenciadas com relação as regulações produzidas nas diversas instâncias do governo federal, “informadas pelas lógicas e particularidades dos litígios políticos locais, pelas pressões sociais e pelos segmentos educacionais envolvidos” (p.350).

Quem leciona tem que ocupar o cargo e função como professor, devendo ser assim registrado na carteira de trabalho. Outras anotações, como a de auxiliar ou qualquer outro nome semelhante, podem trazer dificuldades ao trabalhador, especialmente na hora da aposentadoria. Nesse caso, o procedimento do auxiliar deveria ser de denúncia ao Ministério Público.

Notícias de denúncias ao Ministério Público sobre desvio de função pelo auxiliar são encontradas explicitamente na Internet, através de Blog e Facebook. No município de Angra dos Reis, por exemplo, a insatisfação de grande parte dos agentes auxiliares de creche por não estarem exercendo a função de auxiliar, mas de professores da turma, mobilizou os profissionais a criarem um Blog, site como forma de diário da Internet, intitulado “Auxiliar de Creche, não!!! Somos professores”, além de denúncias ao Ministério Público. O mesmo aconteceu no município do Rio de Janeiro, com os Agentes Auxiliares de Creche¹, que fizeram denúncias sobre suposta irregularidade quanto às atribuições e condições de trabalho e criaram um grupo no Facebook.

¹ O nome do blog que representa o cargo Agente Auxiliar de Creche no município do Rio de Janeiro é “Professores leigos”

Recentemente nesse grupo criado pelos funcionários do Rio de Janeiro foi publicada a campanha "*Sou Professor de Desenvolvimento Infantil e não paro por aí*", que está também no site de vídeos chamado de Youtube. Essa campanha reivindica o enquadramento do Agente Auxiliar de Creche como professores de educação infantil para terem direito a integrar o quadro do magistério público municipal e o plano de cargos e salários da categoria.

Quanto à formação, evidenciamos com as análises dos dados que há catorze municípios que exigem a mínima escolaridade do Ensino Fundamental para o exercício do auxiliar, treze o Ensino Médio, nove municípios exigem o Ensino Médio modalidade formação de professores e nenhum demanda o Ensino Superior. Esses dados comprovam que o auxiliar não poderia estar exercendo atividades diretas com as crianças.

A presença do auxiliar em sala trabalhando diretamente com as crianças sem a escolaridade determinada pela LDB de 1996 significa o não cumprimento legal. As mudanças legais e o esforço da demarcação de um campo profissional, o de professor de creche e pré-escola, atestam a inclusão da Educação Infantil no sistema educacional, assim não podemos mais aceitar a improvisação ou a clandestinidade nessa educação. A contratação do auxiliar com o Ensino Médio e o Ensino Fundamental pelos municípios investigados evidencia a ausência de regulamentação mais detalhada por parte do Estado, também responsável pela oferta da Educação Infantil, e do MEC, como órgão que coordena, normatiza, redistribui e completa as políticas das instâncias educacionais.

Não se conquista uma mudança facilmente, mas não podemos mais aceitar justificativas que impedem a efetivação das políticas para uma educação de qualidade e para o Auxiliar de Educação Infantil.

Outro aspecto importante observado quanto à formação é o pouco investimento da secretaria de educação do Estado na formação, contribuindo para a expressiva participação da iniciativa privada. A grande influência das universidades federais na formação inicial desses trabalhadores com o PROINFANTIL também aparecem em muitos dados analisados. Por um lado, a presença do auxiliar no programa indica a valorização do profissional e o fortalecimento da Educação Infantil

municipal, por outro indica uma estratégia do município para expandir a oferta de vaga a baixo custo, já que algumas prefeituras continuam a contratar auxiliares sem formação mínima exigida por lei.

Quanto às atribuições desse profissional, as análises evidenciam que as funções variam de acordo com o município. Em alguns municípios, o auxiliar exerce, predominantemente, função relacionada ao cuidado, sendo o “suporte” e o “apoio” do professor. Em outros, o auxiliar exerce função docente, mesmo não tendo formação determinada por lei para atuar no magistério e nem sendo reconhecido como profissional do quadro do magistério pelos municípios investigados. E em um terceiro caso, o auxiliar exerce funções docentes, possui formação para atuar no magistério, mas é enquadrado no plano de carreira dos servidores do município como “funcionário administrativo e de apoio à educação, cultura, esporte e lazer”.

Os dados analisados comprovam que há desconhecimento da função em um município investigado que pode estar associado aos poucos critérios para o cargo, à falta de formação ou à própria indefinição do cargo.

Entretanto, cabe ressaltar que a baixa escolaridade, a ausência da habilitação para o exercício e as precárias condições de trabalho não são sinônimos de práticas irrefletidas e pobres. Diversas pesquisas destacam positivamente a presença e o papel do auxiliar nas atividades do cotidiano das creches e pré-escolas. Roncaratti (2012), por exemplo, apesar de não estudar diretamente esse profissional, evidencia que as auxiliares, em interação com bebês em uma creche da cidade do Rio de Janeiro, atuam com a postura de um adulto competente que entra em relação com a criança, com capacidade de compreender o que as crianças comunicam, promovendo o diálogo com elas, sendo cuidadoso, escutando, acolhendo e educando as crianças. Mas o respeito e o amor à criança não podem ser vistos como condição soberana para se trabalhar na Educação Infantil. A formação se faz necessária, assim como definir as atribuições, aumentar salário, extinguir contratos precários, determinar o enquadramento funcional como professor de Educação Infantil e ter políticas públicas municipais claras e atuantes para o profissional.

No que se refere ao salário, carga horária e vínculo, os dados analisados comprovam que a maioria dos auxiliares da Educação Infantil recebia, em 2009, entre

R\$ 466,00 até 930,00, sendo na época o salário mínimo nacional de R\$ 465,00. A maioria dos municípios pagava, em 2009, o mesmo salário para o professor e o auxiliar, mas quando comparado com a carga horária semanal, evidencia-se que o auxiliar recebe um salário precário para a jornada de trabalho de 30 a 40 horas semanais em atividades diretas com as crianças.

Sobre o vínculo, as análises mostram que o grande número dos auxiliares, tanto da creche quanto da pré-escola, são estatutários, mas há também profissionais contratados. Assim, esses trabalhadores, apesar de receberem baixos salários e trabalharem, geralmente, de 30 a 40 horas semanais, acabam gozando de uma condição de estabilidade no emprego, uma vez que a maioria pertence ao quadro permanente da prefeitura.

A pesquisa da dissertação revela a situação contraditória em que está o Auxiliar de Educação Infantil nos municípios investigados. Superficialmente parece haver ausência de políticas para esse tipo de profissional, mas quando nos debruçamos sobre os dados, percebemos que há políticas fragmentadas e confusas para o cargo, reflexo da própria indefinição do cargo para as secretarias municipais de educação e reflexo do processo histórico da Educação Infantil e da transferência, oficialmente, da assistência para a educação.

As políticas municipais estão se formando na indefinição dos próprios profissionais que não são enquadrados legalmente como professores nem como profissionais do magistério, apesar de trabalharem diretamente com as crianças de zero a seis anos nas creches e pré-escolas municipais. Mesmo não tendo uma política específica para o auxiliar, os municípios realizam contratações, sejam por concursos públicos ou contratos temporários precários. Sem nome, formação e atribuições específicas, o auxiliar se torna trabalhador desvalorizado, uma pessoa sem direito legal, sem categoria profissional, mas com um emprego com baixo salário e trabalhando entre 30 a 40 horas semanais.

Nessa contradição que o cargo se encontra, questiono: o que as secretarias vão fazer com o auxiliar? Para ajudar nesse debate apresento os diálogos entre as entrevistadas do município 34, que inspirou o título desta dissertação:

“Professora I da Equipe Pedagógica na Secretaria de Educação – Então, qual é a grande questão? O meu nível de expectativa e ansiedade é muito alto. Fazer o concurso para as pessoas estarem habilitadas para estarem ali. Agora, o que fazer com duzentas e tantas pessoas que fizeram o concurso para agente de apoio, atendente de creche, independente da nomenclatura, que não se reconhecem ali como educadoras? Está bem, então a gente vai tentar resolver, colocar essas pessoas, elaborar um concurso para essas pessoas com definições claras das suas funções, bem claras.

Professora II da Equipe Pedagógica na Secretaria de Educação – Diferenciar isso é bem importante.

Professora I da Equipe Pedagógica na Secretaria de Educação – Agora, essas pessoas também... o que fazer?

Professora II da Equipe Pedagógica na Secretaria de Educação – É a pergunta que não quer calar”

(Município 34. Entrevista).

Então, o que irão fazer? Vão aumentar o salário do auxiliar? Dar formação? Definir as atribuições do cargo? Reduzir a carga horária? Excluir o cargo? Perguntas foram sendo feitas durante todo o desenvolvimento desta dissertação e continuam a serem levantadas. Perguntas ainda sem respostas para mim e para muitas secretarias, como a do município 34.

Na tentativa, não de calar a voz de nós questionadores, mas de buscar dar força ao debate, particularmente penso que o essencial antes do auxiliar ser o “elo” entre os professores ou o “suporte” do professor, precisamos perguntar: quem é o auxiliar? São educadores ou meros funcionários de apoio à educação?

A questão da identidade profissional se coloca para o Auxiliar de Educação Infantil e para as secretarias municipais de educação, exatamente para construir nas relações sociais o processo de identificação e também o de diferenciação que permite o trabalhador construir a própria identidade. A partir dos dados analisados nesta dissertação podemos inferir que o cargo do auxiliar está sendo construído no interior das creches e pré-escolas municipais repleto de variedade de orientações de políticas públicas.

Durante toda a elaboração dessa pesquisa, aprendemos novos fatos, fizemos descobertas e significados que merecem estudos futuros. As respostas que relacionam o auxiliar somente à creche, permitem indagar: por que o auxiliar é muitas vezes associado à creche? Seria devido à dimensão do trabalho que exerce? Será que os municípios tem dificuldades em contratar professores para trabalhar nas creches?

Estariam os professores de creche não se dispendo a realizar as atividades ligadas ao cuidado das crianças, influenciando assim a contratação nas creches, em maior número de auxiliar ao invés de professor? Ou será que as secretarias contratam o auxiliar para atividades associadas ao cuidado por considerarem esse profissional menos nobre que o professor? Ou para pagar menos?

Seria interessante também desenvolver pesquisas para se ter um panorama de como é a relação do professor com o auxiliar: qual tem sido a repercussão desse grande número de contratações de auxiliares no cotidiano da creche? No interior das creches como é a relação entre o auxiliar e o professor?

Concluir não é tarefa fácil, ainda mais com essa discussão tão polêmica.